

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.459 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2002

Comissão do São Francisco ouve hoje produtores rurais

Em audiência marcada para as 14h30, comissão especial presidida pelo senador Renan Calheiros toma depoimentos de representantes de produtores, exportadores e irrigantes que atuam no Vale do Rio São Francisco

PÁGINA 8



As famílias pobres que consumirem além da cota mínima de água serão enquadradas nas tarifas subsequentes

Diretor da PF depõe secretamente amanhã na Fiscalização e Controle

Investigações que envolvem a empresa Lunus Serviços e Participações Ltda., da governadora Roseana Sarney e seu marido, Jorge Murad, são o tema da reunião prevista para amanhã.

PÁGINA 3

Projeto garante água de graça para os pobres

Proposta de Paulo Hartung deve ser examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos

O estabelecimento de uma cota mínima gratuita de fornecimento de água tratada em todo o país está previsto no projeto que conta com parecer favorável do relator, senador Ricardo Santos, na Comissão de Assuntos Econômicos. Segundo a proposta, o corte por inadimplência somente poderá ocorrer nos casos de consumo acima do nível da cota mínima fixada para a região pelo Ministério da Saúde.

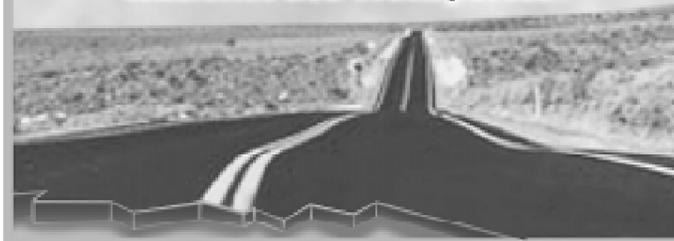
PÁGINA 5

Ministro pode ser convocado a falar sobre situação das rodovias

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura decide hoje, a partir das 17h30, se convoca ministro dos Transportes para prestar esclarecimento a respeito da precariedade das rodovias.

PÁGINA 2

70% das rodovias federais são deficientes, ruins ou péssimas, de acordo com estudo da Confederação Nacional dos Transportes



Mauro propõe convite a ministro para esclarecer situação de rodovias

Senador denuncia que 70% das estradas federais são deficientes, ruins ou péssimas e requer esclarecimentos do ministro dos Transportes, Alderico Jefferson da Silva Lima

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) decide hoje, a partir das 17h30, se convidará o ministro dos Transportes, Alderico Jefferson da Silva Lima, para prestar esclarecimentos a respeito da precária situação das rodovias federais. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

De acordo com justificativa elaborada pelo senador, estudo recente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) classificou como deficientes, ruins ou péssimas mais de 70% das rodovias federais. "Os índices são inaceitáveis, ainda mais nesse momento quando a safra agrícola será escoada por essas estradas", observou Mauro Miranda.

Outro requerimento a ser analisado pela comissão, apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), solicita que se interrompa a tramitação do projeto de lei que dispõe sobre o Adicional Tarifário



Para Mauro Miranda, condições das rodovias comprometem escoamento de safra

para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas. Ele pede que sejam ouvidos em audiência pública representantes das empresas de transporte aéreo regional.

Dois projetos que pretendem disciplinar o horário de verão também estarão em pauta na CI. O pri-

meiro deles, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), prevê a exclusão do Distrito Federal e dos estados de Goiás e Tocantins das próximas edições do horário de verão. O outro projeto, proveniente da Câmara, torna permanente o horário de verão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além dos estados da Bahia e do Tocantins. Ambos têm pareceres favoráveis.

Igualmente em pauta — mas com parecer contrário do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC) — está o projeto do senador

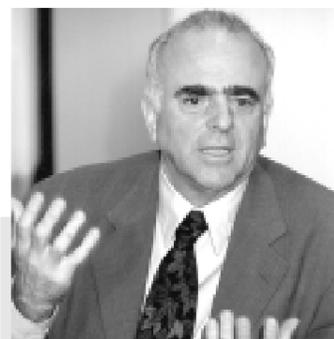
Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que suspende as licitações de novas áreas para exploração de petróleo no país, até que o Congresso Nacional aprove o planejamento estratégico de energia proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Senadores querem discutir fundo de telecomunicações

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 14h30, para apreciar pauta de nove itens. Entre eles está requerimento dos deputados Virgílio Guimarães (PT-MG), Jorge Bittar (PT-RJ) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG) convidando os ministros Paulo Renato Souza (Educação) e Pimenta da Veiga (Comunicações), além do presidente do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, para discutirem com os

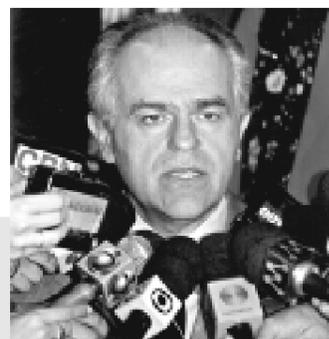
parlamentares o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O Fust é formado a partir do recolhimento de 1% do faturamento das empresas do setor de telefonia. O fundo foi criado para ampliar o alcance dos serviços de telecomunicações. Uma de suas aplicações será o acesso à Internet para os alunos das escolas públicas de ensino médio e profissionalizante, cujo edital de licitação está paralisado por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).



Comissão deve convidar ministros Paulo Renato Souza (Educação) e Pimenta da Veiga (Comunicações) para debater o Fust

Outro requerimento que deverá ser apreciado — do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) — propõe a convocação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, para prestar esclareci-



mentos sobre a política de aplicação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Deverá ser discutida a operação de aporte de R\$ 284 milhões do BNDES na Globocabo S.A.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
 Hora do Expediente: destinada a homenagear o 35º aniversário da Zona Franca de Manaus.
 Pauta: entre outras matérias, discussão, em turno único, da MP nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; MP nº 11/01, cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício seguro-safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; MP nº 12/01, abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$ 86 milhões, para os fins que especifica; MP nº 13/01, cria o cargo de secretário de Estado de Comunicação de Governo; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 1/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JPIC) no valor equivalente a até US\$ 300 milhões.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
 Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Comissão Mista de Segurança
 Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

11h30 — Comissão de Educação
 Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco
 Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
 Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

15h — Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI)
 Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h — CPI das ONGs
 Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Após Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
 Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

PREVISÃO

Quarta-feira
 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Quinta-feira
 10h — Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
 9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
 1º Vice-Presidente: Edison Lobão
 2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
 1º Secretário: Carlos Wilson
 2º Secretário: Antero Paes de Barros
 3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
 Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
 Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Polícia Federal explica investigações na Lunus

Audiência marcada para amanhã será secreta, a fim de evitar prejuízos à ação policial. Deverão estar presentes o diretor-geral da PF, Agílio Monteiro Filho, e os delegados Helbio Dias Leite e Paulo Tarso

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza amanhã pela manhã reunião secreta para ouvir o diretor-geral da Polícia Federal (PF), delegado Agílio Monteiro Filho, sobre as investigações que envolvem a empresa Lunus Serviços e Participações Ltda. A empresa é de propriedade da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, o ex-gerente de Planejamento do estado, Jorge Murad.

As investigações e a ação de busca e apreensão empreendidas pela Polícia Federal na Lunus acarretaram a saída do PFL, partido de Roseana, da base de sustentação do governo no Congresso Nacional, além do pedido de demissão de Murad do cargo de gerente de Planejamento. A reunião com o diretor-geral da PF foi pe-



Requerimento para audiência com dirigentes da Polícia Federal foi apresentado por Eduardo Suplicy e Heloísa Helena

dida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL). O requerimento previa uma audiência pública, mas a comissão preferiu realizar audiência secreta, restrita aos senadores.

Além de Agílio, participam da reunião os delegados Helbio Dias Leite e Paulo Tarso, coordenador da Divisão de Crime Organizado



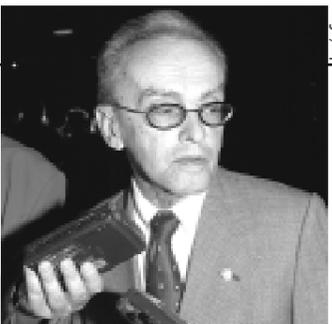
da PF em Brasília. De acordo com o requerimento, aprovado no último dia 13, os delegados deverão "esclarecer os fatos relacionados às investigações quanto às supostas ligações entre o empresário Aldenor Cunha Rebouças e o gerente de Planejamento do governo do Maranhão, Jorge Murad".

Comissão analisa denúncias de irregularidades na Abin

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional analisa hoje denúncias de supostas irregularidades nas atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A CCAI é presidida pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do

Senado, senador Jefferson Péres (PDT-AM). Também integram a comissão os líderes da maioria e da minoria no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP), além do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e outros deputados.



Jefferson Péres preside a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Requião quer reverter decisão do TSE sobre coligações

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a aprovação, pelo Plenário, do projeto de decreto-legislativo, já acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, revertendo a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que impõe a verticalização das coligações. Para o senador, o Tribunal "transbordou de sua competência", decidindo "de afo-gadilho" e transformando o processo eleitoral "em uma balbúrdia".

— Os partidos que se organizaram sem preocupação com esse dispositivo — uma vez que ele não fazia parte da legislação existente — não conseguiram mais se equilibrar — afirmou.

Requião ressaltou que o TSE deve "limitar-se à sua competência e capacidade jurisdicional".

— O TSE não pode legislar, pois, caso contrário, amanhã ou depois,

poderemos votar, aqui no Plenário, a anulação de sentenças transitadas em julgado. Cada um na sua praia: o tribunal cumprindo a legislação, e o Congresso Nacional legislando — disse.

O senador também manifestou sua preocupação com "a utilização franca do poder do Estado no processo eleitoral" e com o comportamento dos tribunais eleitorais. Ele criticou o tribunal de seu estado por lhe aplicar multa em razão de ter respondido a um repórter que era candidato a governador, o que foi considerado propaganda eleitoral. Quanto ao processo eleitoral, disse que se transformou em pesquisas pagas por órgãos públicos "para finalidade eleitoral, com sigilos telefônicos quebrados e acusações surpreendentes".

PMDB

Requião observou ainda que o

PMDB desautoriza a atual Executiva Nacional a negociar acordos e apoios, "a não ser que resolva submetê-los às bases". Ele lembrou que o partido, em convenção nacional, resolveu apresentar candidato próprio à Presidência da República, com a aprovação de 98,7% dos convencionais.

— Não é possível que o grupo de interesseiros se reúna e, ao sair de reuniões estranhíssimas, um deles, alegre, chegue a dizer: "Estamos fazendo um bom negócio". É a imoralidade absoluta no processo político — afirmou.

O senador anunciou encontro "das velhas bases peemedebistas" a realizar-se em Brasília, amanhã, e acrescentou que "o PMDB terá um candidato a presidente da República porque é o único partido que, por determinação da convenção nacional, decidiu ter candidato a presidente".

Parlamentares discutem hoje unificação de polícias

A Comissão Mista de Segurança Pública deve examinar hoje, a partir das 17h, relatório da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) sobre as propostas de reestruturação da força policial no país. Entre os principais pontos da matéria, destacam-se a unificação das polícias civil e militar e posterior integração com as guardas municipais, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Relatora do grupo de trabalho que trata da estrutura da segurança pública, Zulaiê ainda inseriu em seu parecer dispositivos sobre salários de policiais. Questões relativas

à composição e ao funcionamento das guardas municipais, além da regulamentação das atividades policiais, também devem ser contempladas nesse relatório.

Na quarta-feira passada, a comissão aprovou proposta vinculando 5% das receitas da União, de estados e municípios a investimentos em segurança pública. A expectativa é de que, ainda nesta semana, também sejam votados o relatório referente a alterações na Lei de Execução Penal e a segunda parte do relatório que dispõe sobre os crimes contra a vida e o patrimônio.

Quatro medidas provisórias trancam a pauta do Senado

Subiu para quatro o número de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta de votações do Plenário do Senado, impedindo qualquer outra votação até que tenham sido apreciadas pelos senadores. Existem outras 28 matérias prontas para exame em Plenário, desde que seja resolvido o problema do trancamento.

A primeira MP da lista prevê a renegociação das dívidas de agricultores contraídas junto ao Banco do Brasil. A liderança do governo não aceita emendas que senadores da base governista querem fazer na medida provisória, sob o argumento de que elas remeteriam a MP novamente ao exame dos deputados. Neste caso, ao ser lida no Plenário da Câmara, ela trancaria novamente a pauta de votações, impossibilitando a votação pelos deputados, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga até o final de 2004 o recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A segunda MP que tranca a pauta interessa especialmente ao Nordeste e ao norte de Minas, pois cria o seguro-safra para agricultores de municípios sujeitos a estiagens periódicas. A medida provisória cria um fundo para bancar o ressarcimento de agricultores que perderem suas safras, desde que tenham contribuído com R\$ 6 para o fundo antes do plantio. O governo calcula

que 1,1 milhão de pequenos produtores serão beneficiados pelo seguro, que pagará até R\$ 600 à família que perder pelo menos 60% de sua safra. O fundo será formado, além do recolhimento dos R\$ 6, por verbas federais, estaduais e municipais.

CARGO

Uma terceira MP, de apenas dois artigos, cria o cargo de secretário de Estado de Comunicação de Governo. O quarto documento que tranca a pauta de votações do Plenário do Senado abre crédito extraordinário de R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional, dos quais R\$ 60 milhões para pagar bolsa-renda a agricultores do Nordeste afetados pelas secas e R\$ 10 milhões para 78 municípios do Espírito Santo atingidos por recentes enchentes. Essas verbas já foram liberadas pelo governo, pois medida provisória tem eficácia assim que é assinada pelo presidente da República. O mesmo documento libera R\$ 6 milhões para obras rodoviárias de emergência no Espírito Santo.

Entre as 28 matérias que estão prontas para votação, assim que resolvida a situação das MPs, encontra-se um projeto que estabelece normas para o uso medicinal do silicone injetável. A proposta, oriunda da Câmara, foi alterada por um substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), estabelecendo que o silicone só poderá ser utilizado com indicação terapêutica precisa.

Marina propõe estímulo a áreas de preservação

Projeto incluído na pauta da CAE prevê benefício aos estados que mantêm zonas de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas

Os estados que mantiverem em seu território terras indígenas demarcadas e áreas de conservação da natureza terão direito a uma compensação orçamentária, a partir de recursos tirados do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Essa é a proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que deverá ser discutida na reunião de hoje, às 10 horas, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Embora tenha recebido parecer contrário do relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), a proposta obteve a adesão de diversos senadores da comissão, entre eles o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR).

De acordo com a proposta e as emendas que recebeu ao passar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), 2% dos recursos do FPE seriam destinados a um fundo de reserva com a finalidade de apoiar os estados que abrigam áreas indíge-



Segundo Marina, projeto pode ser também instrumento para o desenvolvimento regional

nas ou de preservação ambiental.

Os 98% restantes dos recursos do FPE teriam 84,5% destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os restantes 13,5%, às demais regiões. Atualmente, a Lei Complementar nº 62, de 28-12-1989, destina 85% dos recursos do FPE para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os restantes 15% aos estados localizados nas demais regiões do país.

Emenda da senadora Heloísa

Célio Azevedo

Helena (PT-AL) estabelece que haja uma proporcionalidade do benefício, de modo a que os estados que mantêm área maior destinada a preservação ambiental e a reservas indígenas recebam mais recursos.

Ao justificar sua proposta, Marina Silva ressalta que alguns países já vêm consagrando o emprego da tributação e dos incentivos fiscais “como importante instrumento para induzir os agentes econômicos a adotar práticas ambientalmente saudáveis e socialmente mais justas, dentro dos parâmetros de uma economia de mercado”. Destaca, ainda, que a parcela de recursos deslocados para o estímulo à preservação ambiental, por sua pequena dimensão, terá impacto reduzido sobre a distribuição global dos recursos do FPE.

— A medida terá, contudo, enorme efeito multiplicador, servindo ainda de importante instrumento para o desenvolvimento regional, capaz de gerar melhores condições de vida para significativos segmentos populacionais dos estados mais pobres — afirma a senadora.

Consciência ambiental cresce entre os empresários, afirma Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que a cultura empresarial brasileira com relação à preocupação ambiental está mudando. Segundo ele, o setor empresarial começa a adotar o desenvolvimento sustentável como diretriz de suas ações.

Patrocínio informou que já chega a 270 o número de certificados da série ISO 14.001, de qualidade em gestão ambiental, emitidos para empresas brasileiras. Também deu como exemplo do aumento da consciência ambiental no empresariado a recente declaração de princípios da Confederação Nacional da Indústria para o desenvolvimento sustentável. O documento, ressaltou, preconiza a participação pró-ativa do setor industrial no desenvolvimento de leis, regulamentos e padrões ambientais, além da educação ambiental dos empregados.

O caso de Cubatão, de acordo com Patrocínio, revela na prática a mudança de postura da indústria com relação ao meio ambiente. Ele lembrou que 93% das fontes poluidoras da cidade estão atualmente sob controle. “Cubatão, que já foi sinônimo de poluição e insalubridade, passou a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas como modelo de recuperação ambiental”, disse.

Para ele, desenvolvimento e respeito ao meio ambiente não são noções antagônicas. “O subdesenvolvimento gera graves problemas ecológicos. O desenvolvimento tecnológico e a disponibilidade de recursos financeiros, por sua vez, permitem reparar danos e evitar novas agressões ao meio ambiente”, defendeu. “Os graves problemas que atingem nosso meio ambiente podem ser resolvidos não pela abdicação ao desenvolvimento, mas pelo



Patrocínio: setor empresarial começa a adotar desenvolvimento sustentável como diretriz

amadurecimento da consciência ambiental”, acrescentou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que, em relação à preservação dos ecossistemas, é importante considerar também o caráter agressivo e destrutivo “do sistema econômico, político e social, que se move pelo lucro e para o lucro”.

Alcântara defende interação respeitosa com cultura indígena

Aproveitando o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, “Fraternidade e Povos Indígenas — Por uma Terra sem Males”, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a garantia dos direitos fundamentais da população indígena, como a preservação de suas terras. A cobiça por essas terras está, de acordo com o senador, na origem das violências contra os índios. São objeto de invasão 85% das áreas indígenas, mesmo as demarcadas.

“Continuamos com o conflito crucial da disputa pela terra. É um nó a ser desatado com sabedoria e discernimento. Não podemos destruir ainda mais as comunidades indígenas, despojando-as de suas terras, mas também não podemos travar o progresso”, afirmou.

A saída, segundo o senador, seria a interação entre as duas culturas, européia e indígena, com respeito mútuo e solidariedade, com a preservação dos valores essenciais de cada grupo. “Achar que os índios poderão continuar a vivenciar seus antigos costumes de modo independente da presença dos demais brasileiros é imaginar possível a construção de um paredão estanque entre as duas culturas. É inexistível”, avalia Alcântara.



Lúcio Alcântara elogia a escolha da questão indígena como tema da Campanha da Fraternidade

Os povos indígenas do Brasil, observou o senador, compreendem mais de 245 etnias, falam pelo menos 185 línguas e somam população de 540 mil pessoas.

Ele elogiou a escolha da questão indígena como tema da Campanha da Fraternidade. “Julgo mais do que oportuna a campanha deste ano, pois nos obriga a repensar nossas relações com os diferentes de nós. Obrigamos a refletir sobre nossas relações com as diferenças, sobre nossa capacidade de tolerância e harmonização”, disse. “A Campanha da Fraternidade tornou-se um referencial para os que desejam repensar o Brasil”, acrescentou.

Carlos Bezerra pede isenção de tributos para os alimentos

Isenção tributária para todos os alimentos. Essa é a forma defendida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) para reduzir rapidamente os índices de pobreza no país. Por estarem sujeitos a toda sorte de tributação indireta, argumentou o senador, os alimentos acabam servindo para retirar ainda mais a renda do pobre, elevando drasticamente os níveis de desigualdade social.

Citando estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Carlos Bezerra disse ser insustentável a carga tributária incidente sobre os alimentos, sujeitos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao Pis (contribuição ao Plano de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

A carga tributária incidente sobre uma cesta básica padrão de 39 produtos, tendo como base dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995 e 1996 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-

tica (IBGE), realizada nas 11 principais regiões urbanas, chega a consumir até 8% das rendas das famílias de menor nível de renda.

Produtos como leite em pó, margarina, farinha de trigo, açúcar, café, macarrão, óleo, sal e arroz, por exemplo, destacou o senador, apresentam carga tributária em torno de 15% do preço do produto. Já o frango, assinalou, “que serviu de garoto-propaganda” da atual política econômica, está sujeito a uma carga tributária de 32%.

Se essa carga tributária sobre os alimentos fosse eliminada, observou, a faixa de pobres do Grande Recife, por exemplo, seria reduzida de 56,2% para 54,3% da população, enquanto a faixa de indigentes cairia de 24% para 20%.

Carlos Bezerra observou que esse é um tema imprescindível à reforma tributária, assunto tratado pelo governo “da boca para fora”. O que o governo quer mesmo, disse, é tornar permanente a CPMF, mas sem mexer “nessa estrutura tributária estúpida e escorchante que todos criticamos e condenamos.”

Projeto garante cota mínima gratuita de água

Será examinada hoje pela CAE proposta de Paulo Hartung visando permitir que os contribuintes de maior poder aquisitivo financiem os mais pobres, que ficariam imunes ao corte no fornecimento por inadimplência



Roosevelt Pinheiro

Matéria sobre Valadares é intitulada "Um senador que defende interesses públicos"

Jornal destaca o trabalho de Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comentou editorial do jornal *Cinform*, de Aracaju (SE), que reconhece seu esforço para alterar a legislação sobre o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de modo a beneficiar os pequenos empresários de Sergipe e de todo o país. A matéria, intitulada "Um senador que defende interesses públicos", deverá constar dos Anais da Casa, conforme pedido feito por Valadares.

Segundo o editorial do jornal *Cinform*, as mudanças na legislação sobre o ICMS são fruto de um trabalho "incansável" de Antonio Carlos Valadares. A matéria observa ainda que, se esse trabalho é reconhecido em todo o país, por que ignorá-lo em Sergipe?

De acordo com a matéria, cabe aos veículos de comunicação, que repetidamente criticam os representantes políticos, seja qual for a sua filiação partidária, reconhecer que em Sergipe existem políticos que defendem os interesses públicos, sem buscar benefícios pessoais.

O jornal, segundo informa o editorial, é lido semanalmente por cerca de 100 mil pessoas em todos os 75 municípios do estado.

Projeto de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que estabelece uma quota mínima gratuita de fornecimento de água tratada em todo o país deverá ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em sua reunião de hoje, a partir das 10h. Com parecer favorável do relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), o projeto

prevê uma cota mínima indispensável ao consumo humano, que ficará imune a corte do fornecimento por inadimplência do consumidor.

Segundo o relator, "o projeto visa proteger as famílias carentes



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Hartung estabelece sistema de tarifas progressivas, segundo faixa de consumo

que têm dificuldades para pagar pelo serviço e é justificado pela necessidade de garantir-lhes o suprimento mínimo de água e a imunidade ao corte por inadimplência, em vista da essencialidade desse serviço e do direito inalie-

nável à vida e à saúde".

A intenção do autor do projeto, segundo o relator, é fazer com que o sistema de tratamento e distribuição de água seja montado de modo a permitir que os contribuintes de maior poder aquisitivo financiem os mais pobres.

Assim, o projeto estabelece um sistema de tarifas progressivas, conforme a faixa de consumo, garantindo-se a operacionalidade e saúde financeira das companhias do setor e a proteção à saúde dos mais pobres. Quem consumir mais água terá de pagar uma tarifa maior pela água consumida. As famílias pobres que consumirem além da quota mínima serão enquadradas nas tarifas subsequentes à mesma, conforme o que tenham consumido.

Segundo o projeto, caberá ao

Ministério da Saúde fixar, por região, a quota mínima mensal de água para consumo unifamiliar, de conformidade com a média do número de componentes das famílias, cujo fornecimento será gratuito e imune a corte do fornecimento. O corte de fornecimento por inadimplência somente poderá ocorrer nos casos de consumo acima do nível da quota mínima estabelecida para a região.

Ao justificar parecer favorável à medida, Ricardo Santos disse que o novo sistema não cria nenhum embaraço para as companhias fornecedoras de água, uma vez que elas trabalham com um custo global. "O que ocorrerá — explica — é que a parte do custo que ficará isenta será paga pelos demais contribuintes não abrangidos pela isenção."

Isenção do IR pode beneficiar portador de doença do fígado

Os aposentados portadores de hepatopatias graves (doenças do fígado) poderão ter os seus proventos isentos do Imposto de Renda. Isso é o que prevê projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que deverá ser apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Lauro Campos (PDT-DF), que a considera "uma medida justa", principalmente porque o Estado não tem condições de garantir tratamento médico eficaz para essas pessoas.

Segundo o relator, a situação dos portadores de hepatopatia grave não difere em quase nada da situação dos portadores de nefropatia grave (doença dos rins), já contemplada na lei. "E se diferença existe, é para considerar que a hepatopatia grave justificaria muito mais o favor fiscal, pois que, para ambas as moléstias, a única esperança de vida, a longo prazo, encontra-se no transplante de rim ou de fígado. Entretanto, o transplante de fígado é uma cirurgia mais rara, complexa, de maior porte e mais dispendiosa", avaliou o relator.

Diz ainda Lauro Campos que a medicação cara e quase sempre importada que os doentes ou os transplantados necessitam tomar para o resto da vida, para combater a rejeição e os efeitos colaterais, "é praticamente a mesma em ambos os casos" (da nefropatia e da hepatopatia



José Cruz

Romeu Tuma quer ajudar portadores de hepatopatias graves

graves).

O quadro das hepatopatias, segundo destacam o relator e o autor do projeto, é ainda agravado pela precariedade da vacinação contra a hepatite B, que atingiu somente 15% da população brasileira no período de 1990 a 1998. A hepatite B é apontada como principal causadora da cirrose e do câncer no fígado.

Lauro Campos diz ainda que a outorga da isenção fiscal ao cidadão aposentado acometido de tal moléstia grave mostrará que o Estado reconhece o quadro vivido por essa pessoa. "Representa, além disso, o pleno reconhecimento de que o Estado, como promotor do bem-estar público, não tem condições de prestar ao indivíduo afetado o apoio material e a assistência necessários, forçando-o à busca solitária do controle da enfermidade, com custeio particular de tratamentos caríssimos, hospitalização, cirurgias e medicação", observou Lauro Campos.

Proposta permite deduzir despesas com livros e material escolar

Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que inclui as despesas com livros, uniformes e material escolar, destinados ao uso do contribuinte e de seus dependentes, entre as deduções do Imposto de Renda. Para ter direito ao abatimento, é obrigatória a comprovação da matrícula em creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, em cursos de especialização ou profissionalizantes.

A lei atual permite a dedução apenas dos pagamentos a estabelecimentos de ensino. "Fora de qualquer dúvida, o conceito de educação assim adotado é restritivo e desfocado da realidade", opinou Carlos Bezerra. Ele acrescentou que o moderno conceito de educação engloba uma série de outros itens imprescindíveis ao aprendizado e ao rendimento escolar. "Itens que vão, por exemplo, desde a alimentação adequada para o estudante, até o desenvolvimento de atividades extracurriculares", enumerou.

O senador por Mato Grosso destacou que a aprovação de sua proposta poderá funcionar como um incentivo para que a educação possa se transformar em um objetivo nacional dos mais prioritários. Ele lembrou que todos os países hoje industrializados, que são considerados desenvolvidos e têm forte presença no mercado mundial, fizeram, em uma etapa inicial, a sua revolução educacional.

"O Brasil não pode ficar alheio a essa realidade e necessita urgentemente incrementar todo tipo de esforço e incentivo para recuperar o atraso nesse campo. A criação de estímulo fiscal transcende a política social, em cujo contexto se justifica criar oportunidade igualitária de educação para todos, para constituir-se em instrumento poderoso de alavancagem do próprio desenvolvimento nacional", afirma Carlos Bezerra em sua justificativa.

Comissão avalia debates sobre a Alca e o Mercosul

Para Requião, documento resultante dos seminários é fundamental para combater “pressões das agências financeiras multilaterais”

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul vai avaliar hoje, a partir das 17h30, os resultados dos seminários internacionais sobre o Mercosul e a participação dos países sul-americanos na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), realizados na semana passada em Fortaleza (CE) e Natal (RN). Os eventos foram coordenados pelo presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), que apontou a “Declaração de Fortaleza”, documento resultante dos debates, como fundamental para combater as constantes “pressões das agências financeiras multilaterais sobre as políticas macroeconômicas das nações latino-americanas”.

Durante as discussões sobre o ingresso dos países latinos na Alca, Requião considerou que o Brasil deve dar prioridade ao atendimento ao mercado interno. O senador paranaense criticou o modelo brasileiro de abertura comercial, que teria reduzido a participação de produtos nacionais no mercado externo de 1,2% para 0,8%. Requião também condenou recente decisão do governo dos Estados Unidos de sobretaxar e restringir importações de aço brasileiro.



Rosavelt Figueiro

Roberto Requião diz que Brasil deve dar prioridade ao atendimento do mercado interno

Conforme observou Requião, os seminários realizados nas duas cidades do Nordeste seriam um contraponto à reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promovida no mesmo período na capital cearense. Ao final dos trabalhos, parlamentares do Brasil, Paraguai, Chile, Uruguai e Venezuela encaminharam cópia da “Declaração de Fortaleza” aos participantes da reunião do BID, na qual defendem maior participação da sociedade civil e das instituições políticas nos acordos bilaterais entre os países e o BID, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Outros assuntos também constam da pauta da Comissão do Mercosul, como a votação de adendo ao parecer de Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão, por 20 anos, das negociações para ingresso do Brasil na Alca. O colegiado vai analisar ainda relatório de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a mensagem do Executivo que submete ao Congresso texto do acordo sobre meio ambiente firmado em junho de 2001 no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Senador defende fortalecimento do Mercosul

O senador Roberto Requião defendeu ontem a necessidade de imediata mudança na política econômica brasileira para fortalecer o Mercosul e afastar o país da esfera de influência da Área de Livre Comércio das Américas. Para ele, o Mercosul reforça a cidadania latino-americana, enquanto a adesão à Alca representará a submissão aos interesses norte-americanos.

Requião elogiou a postura do presidente George W. Bush de conceder US\$ 212 bilhões em subsídios aos agricultores norte-americanos, ao longo de dez anos, e tomar medidas para proteger os produtos siderúrgicos dos Estados Unidos.

— Ele está certo: é um presidente que briga pelas empresas nacionais, preservando os empregos de seus cidadãos — disse.

Enquanto isso acontece, ob-

servou, “o Brasil naufraga”. Antes da abertura do mercado aos produtos estrangeiros, das privatizações “e outros dogmas do neoliberalismo”, disse Requião, o Brasil participava com 1,2% do total das exportações mundiais; hoje, essa participação caiu para 0,8%.

— Esse foi o resultado de uma abertura equivocada, sem negociar produto a produto, numa visão romântica do mundo que fez com que o país se submetesse ao capital estrangeiro — ressaltou.

O senador citou os debates realizados durante a reunião externa da Comissão do Mercosul, realizada em Fortaleza e Natal, durante a semana passada, como exemplos da postura que o governo brasileiro deve adotar para fortalecer o Mercosul. As exposições do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do deputado

Ney Lopes e do economista Paulo Nogueira Batista, afirmou Requião, “foram exemplares, traçando o mapa da defesa dos interesses do Brasil”.

Requião lamentou que a TV e a Rádio Senado não tenham transmitido o evento ao vivo. Ele disse ter gravado os debates, que poderão ser levados ao ar a qualquer momento. Ao finalizar seu pronunciamento, afirmou que o Brasil precisa de mudanças profundas.

— Queremos um presidente da República com a coragem de Bush para se preocupar com o mercado interno, com o trabalho e o emprego dos brasileiros. Que se emocione com os 50 milhões de brasileiros abaixo do nível de pobreza e transforme essa emoção em ações administrativas transformadoras da realidade nacional — disse o senador.

Itamaraty deve proteger brasileiras, afirma Bezerra

É necessário rever os procedimentos do Ministério das Relações Exteriores em seu papel de garantir os direitos de brasileiras sujeitas ao mercado do sexo no exterior. A preocupação foi manifestada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao fazer uma análise da evolução desse crime no mundo e da opressão enfrentada por suas vítimas.

Ele afirmou que, em apenas um ano, 5 mil brasileiras, com idade entre 18 e 25 anos, foram atraídas para países europeus. Também disse que a maioria dessas moças foi recrutada em bolsões de miséria de diferentes estados brasileiros, sob a promessa de trabalho honesto, mas encaminhadas para suprir a demanda de prostíbulos e boates no exterior.

Na avaliação de Carlos Bezerra, as autoridades diplomáticas brasileiras procuram criar mecanismos que impeçam a ação cada vez mais ousada dos aliciadores e cafetões. “Porém, suas iniciativas estão limitadas pelos deveres diplomáticos, restringindo-se ao repasse das queixas às autoridades policiais e à garantia, às vítimas, de abrigo, alimentação, algum dinheiro e passagem de volta ao Brasil”, observou o senador.

Referindo-se a pesquisa da ONU, Carlos Bezerra informou



José Cruz

Carlos Bezerra: brasileiras são encaminhadas para prostíbulos e boates no exterior

que, em todo o mundo, 4 milhões de mulheres são vendidas a cada ano. “Quase todas sustentam o mercado do sexo e muitas são mortas, torturadas, mutiladas ou mantidas em cativeiro, em total submissão ao terror imposto pelas máfias que comandam as redes de prostituição.”

O parlamentar referiu-se a investigações da Polícia Federal sobre o aliciamento de jovens para trabalhar na Espanha e em Portugal, onde eram coagidas à prática da prostituição. De acordo com Carlos Bezerra, as brasileiras ainda representam o terceiro maior contingente de prostitutas da Europa, superado apenas pelo das refugiadas do Leste Europeu.

Aeroporto de Rio Branco pode mudar de nome

O aeroporto de Rio Branco (AC) poderá receber o nome de Plácido de Castro, líder do movimento militar e político que resultou na anexação, pelo Brasil, das terras que hoje compõem o estado do Acre. Projeto de lei que altera a denominação do aeroporto — de autoria dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Marina Silva (PT-AC) e Emilia Fernandes (PT-RS) — será analisado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação (CE).

De acordo com justificativa apresentada pelos autores da proposta, Plácido de Castro foi uma das figuras que mais contribuíram para a atual configuração do território nacional. Em agosto de 1901, ele liderou a chamada Revolução Acreana, em terras até então pertencentes à Bolívia mas cuja população era majoritariamente com-

posta por brasileiros.

Cinco meses mais tarde, relatam os senadores, os bolivianos depuseram as armas, e Castro organizou o estado independente do Acre — mais tarde transformado em território federal, após negociação comandada pelo Barão de Rio Branco. “Os acreanos orgulham-se de dizer que são os únicos brasileiros por vontade própria”, dizem os autores do projeto.

Estará também em pauta, na comissão, projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que muda para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus” o nome de uma obra localizada na rodovia BR-158. Serão analisados ainda 20 projetos de decreto legislativo que prevêem autorização, permissão ou concessão para o funcionamento de emisoras de rádio.

Para Lauro, capitalismo é fonte de destruição

Senador diz que Plano Real aumentou a fome e o desemprego no Brasil, mas proporcionou aos banqueiros 311 por cento de lucro

Ao comentar artigo de empresário Antônio Ermírio de Moraes intitulado "Deu a louca no mundo?", publicado no domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Lauro Campos (PDT-DF) manifestou sua concordância com o empresário, com a ressalva de que deu a louca no mundo há mais tempo. De fato, afirmou o senador, Antônio Ermírio está certo em reconhecer

que a ciência e a tecnologia do século 21 têm natureza destrutiva. Mas, conforme Lauro Campos, desde 1930 o capitalismo reduziu a ciência e a tecnologia a instrumentos de destruição, fontes dos setores bélicos e de suas atividades altamente remuneradas.



Lauro Campos comentou artigo de Antônio Ermírio de Moraes, intitulado "Deu a louca no mundo?"

É por isso que Lauro Campos disse não ser surpreendente que os Estados Unidos estejam modernizando seus artefatos nucleares para atacar, dependendo das circunstâncias, China, Coreia do Norte, Iraque, Irã, Síria, Líbia e Rússia, como lamentou o empresário em

seu artigo.

Assim como privilegia os setores bélicos, o capitalismo, principalmente em sua forma neoliberal, passou a ser fonte de destruição das condições de sobrevivência humana, disse o senador.

No Brasil, exemplificou Lauro Campos, um trabalhador desempregado leva em média 54 semanas para achar novo emprego, média que, há dez anos, era de cinco a seis dias.

— Atualmente, dizem que o consumo e o nível de vida do brasileiro aumentaram durante esse período de sufoco antiinflacionário. Deu a louca no mundo, sim! Às vésperas da eleição, querem fazer com que nos esqueçamos da seguinte manchete: "Rendimento cai 8,9% e bate recorde no Real". O Plano Real queria isso e conseguiu: aumentou a fome, o desemprego e deu 311% de lucro aos banqueiros — afirmou.

Álvaro aponta empobrecimento do Paraná nos últimos sete anos

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) lamentou ontem em Plenário o empobrecimento do estado do Paraná nos últimos sete anos. Segundo o parlamentar, a falta de uma política de aproveitamento das potencialidades regionais e a atual centralização da economia na região metropolitana de Curitiba levaram o estado a apresentar em 2001 indicadores socioeconômicos negativos em escala maior do que grande parte dos estados do país.

— Nos últimos anos, o Paraná assistiu a um retrocesso inacreditável. A taxa de atividade da população foi diminuída em 0,9%, uma redução superior àquela verificada no Brasil, que foi de 0,5%. As distorções sociais se avolumaram. As injustiças sociais cresceram. A distribuição de renda no estado retrocedeu. A parcela correspondente a 50% dos mais pobres perdeu 10,6% da participação na renda, e a parcela dos 1% mais ricos aumentou em 13% a sua participação na renda estadual — informou o

senador.

Álvaro Dias responsabiliza o atual governo do Paraná pela redução da atividade econômica no interior do estado. Conforme o senador, a concentração desordenada na região metropolitana de Curitiba fez com que surgissem favelas e ocupações irregulares que abrigam cerca de 70 mil famílias que vivem num cenário de injustiças sociais, trânsito caótico e crescente violência.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) elogiou o discurso de Álvaro Dias e afirmou que até mesmo os órgãos do governo federal reconhecem a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Ele citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual a renda dos trabalhadores com carteira assinada caiu 8,9% desde o lançamento do Plano Real. De acordo com o instituto, esse índice é recorde.

OUVIR MAIS

Lembrando as próximas eleições, Álvaro Dias fez um apelo



Álvaro Dias responsabiliza o governo do estado pela redução da atividade econômica no interior

aos candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais para que mudem o país. Isso, acrescentou o senador, pode ser alcançado "ouvindo mais do que afirmando".

— Os candidatos à Presidência devem estabelecer como prioridade de sua ação a apresentação de propostas que digam respeito à aspiração nacional de desenvolvimento econômico com justiça social, e a cobrança dessas propostas é da maior importância — disse o senador.

Projeto obriga a devolução de taxa de concurso não realizado

Encontra-se aguardando emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei de autoria do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que institui a obrigatoriedade de devolução de taxas de inscrição nos casos de anulação ou não-conclusão dos concursos públicos promovidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

De acordo com a proposta, a devolução deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias a partir da anulação ou da revogação do concurso. Caso não seja feita a devolução no prazo estipulado, os responsáveis pelo concurso estarão cometendo ato de improbidade administrativa, ficando sujeitos às penas previstas em lei.

Em sua justificativa, Luiz Otá-



Conforme proposta de Luiz Otávio, infrator incorrerá em crime de improbidade administrativa

vio lembra que, nas relações contratuais, o não-cumprimento do acordado por uma das partes implica consequências civis que vão desde o ressarcimento de valores já pagos até ação de perdas e danos pelo não-cumprimento do que foi ajustado entre as partes.

Exploração de jogo de azar pode ter pena mais rigorosa

A exploração do jogo do bicho e outros que utilizem sorteios de números ou quaisquer símbolos pode deixar de ser apenas uma contravenção e tornar-se crime contra a economia popular. O mesmo poderá valer para loteria estrangeira que seja introduzida e explorada no Brasil, caso seja aprovado projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa e aguardando apresentação de emendas.

A proposta de Maguito, que prevê pena de dois a seis anos de detenção e multa, foi motivada por afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso após o seqüestro e morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel. À época, o presidente disse que "é preciso mover uma guerra contra o crime organizado, a arrogância do crime está passado de todos os limites".

Em sua justificativa, Maguito explica que a falta de uma legislação específica para regulamentar os jogos possibilitou ao crime organizado dominar essa área e contribuir para o aumento da criminalidade. Segundo ele, isso gera nas pessoas que lidam com esse segmento um sentimento de impunidade, a certeza de enriquecimento fácil e uma proximidade com o poder político que possibilita à organização consti-

tuir um verdadeiro Estado paralelo, com vista a substituir o Estado constitucional.

Para o senador, a razão de não haver repressão policial a essas ilicitudes nem seriedade ou vontade política de atuar contra os criminosos é o "quase completo comprometimento e contaminação do aparelhamento da administração pública, notadamente no seu braço repressivo policial, como também nos quadros políticos que abastecem os corredores do poder do país".

Exemplificando o que chamou de "descaso do governo" com o jogo, Maguito citou a situação dos bingos, que passaram a ser administrados e fiscalizados pela Caixa Econômica Federal, conforme medida provisória assinada em dezembro.



Maguito propõe que jogo de azar passe a ser crime contra economia popular, e não mais contravenção

Agricultores depõem hoje na Comissão do São Francisco

A comissão especial que acompanha o projeto de revitalização da bacia do Velho Chico discutirá uso sustentável dos afluentes do rio

Os produtores rurais da região do Rio São Francisco serão ouvidos hoje, a partir das 14h30, pelos integrantes da comissão especial criada para acompanhar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Velho Chico.

Devem comparecer à comissão o superintendente da Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), Fernando Brendaglia Almeida, e o presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste



Presidida por Calheiros, a comissão tem como relator do projeto de revitalização o senador Waldeck Ornélas

da Bahia (Aiba), Humberto Santa Cruz Filho.

Em entrevista à Agência Senado, Humberto Filho informou que explicará aos senadores como os agricultores utilizam a água da bacia do Rio Grande para a irriga-

ção, sem afetar a vazão do Rio São Francisco – do qual o Rio Grande é afluente.

Presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a comissão iniciou seus trabalhos em 5 de junho de 2001 e deve apresentar suas conclusões até dezembro de 2002. Para o relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), o projeto de revitalização do rio deve compreender ações de despoluição e conservação dos solos, além de medidas destinadas a regularizar a vazão do rio e a assegurar a disponibilidade de água.

PEC cria fundo para revitalizar Velho Chico

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo para a Revitalização Hidromineral e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aguarda a desobstrução da pauta para ser discutida em segundo turno.

A PEC, que tem parecer favorável da senadora Maria do Carmo Al-

ves (PFL-SE), destina 0,5% do Orçamento Geral da União para o Fundo de Revitalização do São Francisco. Pela proposta, o fundo terá duração de 20 anos e será composto por 0,5% do produto da arrecadação dos impostos da União, descontadas as vinculações constitucionais (saúde, educação etc.), assim como os repasses constitucionais (FPM, FPE e outros fundos).

Os recursos financiarão programas de recuperação hidroambiental do Velho Chico e de seus afluentes, desenvolvendo a região banhada por eles, sem prejudicar o meio ambiente. Segundo Valadares, a preços de 2000, estima-se que a arrecadação seja da ordem de R\$ 210 milhões anuais. O Rio São Francisco é responsável por 70% da água doce da Região Nordeste.

CPI apura relação de laboratório com entidade

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs) no país pretende apurar um suposto envolvimento entre o Laboratório Novartis do Brasil e o Grupo de Apoio ao Paciente de Câncer (Napacan). Representantes das duas entidades serão ouvidos pela CPI hoje, a partir das 17h, por solicitação do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

À frente da CPI das ONGs, Mozarildo resolveu convocar o presidente do Laboratório Novartis do Brasil, Andreas Strakus, e a presidente da Napacan, Graça Marques, a prestarem depoimen-

to à comissão depois da publicação de denúncias pela revista *Época* em outubro de 2001. A reportagem levanta suspeitas de que as duas entidades atuaram juntas para pressionar o Ministério da Saúde a comprar o remédio Glivec, utilizado no tratamento de leucemia.

Na justificativa do requerimento encaminhado à comissão, o senador reproduz o texto da publicação. De acordo com a revista *Época*, a ONG Napacan estaria pressionando o Ministério da Saúde a adquirir o medicamento, enquanto o senador José Serra (PSDB-SP), então ministro da Saúde, tentava negociar redução no preço.



Mozarildo Cavalcanti convoca representantes de organizações denunciadas

Ainda segundo a reportagem, o Novartis teria assumido o compromisso, em acordo fechado no dia 20 de setembro com representantes do ministério, de interceder junto à Napacan para retirada da ação judicial movida pela ONG contra o governo.

Althoff destaca artigo com sugestão para mudar futebol

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) pediu a transcrição, nos Anais, de artigo intitulado "Para mudar o futebol", de autoria de José Luiz Portella Pereira, publicado na revista *Carta Capital* de 13 de março. Ele disse que a opinião manifestada pelo articu-



Medidas defendidas no texto coincidem com propostas da CPI, disse Geraldo Althoff

lista coincide com o resultado das investigações realizadas pela CPI do Futebol, da qual foi relator.

O artigo propõe uma nova estrutura de gestão do futebol brasileiro, com a implantação de uma Agência Nacional de Esportes que teria a finalidade de regular a relação entre o privado (clubes e federações) e o público (o direito do torcedor).

Outro ponto abordado no artigo é a formação de um grupo de executivos treinados em gestão de esportes, especializado nos bastidores do futebol. Conforme Geraldo Althoff, Portella sugeriu ainda um modelo de

gestão profissional sem que o clube se transforme imediatamente em empresa.

A inclusão dos torcedores na gestão do clube, por meio de um conselho, é mais uma das modificações propostas. O texto citado diz que "o Ministério dos Esportes e as secretarias estaduais e municipais têm obrigação de garantir a massificação do esporte".

ILB presta homenagem a servidoras das duas Casas

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, transcorrido recentemente, a bancada feminina do Congresso e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promovem hoje, às 18h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, evento que terá como destaque homenagem a um grupo de servidoras da Câmara e do Senado, aposentadas e

na ativa, com maior tempo de dedicação ao Legislativo.

Serão homenageadas as funcionárias do Senado Lygia Leite de Camargo, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz e Sarah Abrahão (aposentada), e as da Câmara Gracinda Assucena de Vasconcellos, Solange Oliveira Pinardon e Lucy Maciel Neiva (aposentada).



VALMIR RECEBE MEDALHA IMPERADOR D. PEDRO II

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) recebeu, na semana passada, do governo do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do DF, a medalha Imperador D. Pedro II, pelos serviços prestados àquela corporação militar.